

Alerta Legislação nº 37, de 10 a 15 set. 2018
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 850, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018 (*)**

Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências.

*Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.9.2018 e republicado em 12.9.2018
(Republicação)*

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
13/09/2018	<u>DECRETO Nº 9.502, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018</u> Cria a Medalha da Segurança Presidencial e altera o Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956 (*), que regula o uso das condecorações nos uniformes militares. <i>(*) Regula o uso das condecorações nos uniformes militares e dá outras providências.</i>
12/09/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 850, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018 (*)</u> Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências. <i>Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.9.2018 e republicado em 12.9.2018 (Republicação)</i> <u>DECRETO Nº 9.501, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 9.483, de 28 de agosto de 2018 (*), que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem nas áreas especificadas, no Estado de Roraima. <i>(*) Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem nas áreas especificadas, no Estado de Roraima.</i>
11/09/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 851, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de

	interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 9.500, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017 (*), que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (**), que institui a Lei de Migração. (*) <i>Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.</i> (**) <i>Institui a Lei de Migração.</i> <u>DECRETO Nº 9.499, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Promulga o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, do Conselho Mercado Comum, firmada na XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003. <u>DECRETO Nº 9.498, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção de aposentadorias e de pensões do regime próprio de previdência social dos órgãos da administração pública federal direta.
10/09/2018	<u>DECRETO Nº 9.497, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018</u> Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social de instituição financeira a ser constituída no País pelo Grupo Paccar. <u>DECRETO Nº 9.496, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor de energia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>DECRETO Nº 9.495, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018</u> Promulga o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, firmado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015. <u>DECRETO Nº 9.494, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004 (*), para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (**), para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. (*) <i>Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências</i> (**) <i>Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</i>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.474, DE 31 DE AGOSTO DE 2018</u> Estabelece as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e os índices padrões de qualidade para os prazos

	de entrega dos objetos do serviço postal básico, a serem observados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA Nº 1.371/GC4, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre as competências dos Agentes da Administração responsáveis pelo Planejamento, Gestão e Monitoramento das atividades vinculadas aos Indicadores, Objetivos, Metas e Iniciativas constantes do Plano Plurianual (PPA), bem como pelo Planejamento, Gestão e Acompanhamento da execução orçamentária das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e respectivos Planos Orçamentários (PO), sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER). COMANDO DA MARINHA (CM) ↳ Diretoria-Geral de Navegação (DGN) ↳↳ Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA Nº 289/DPC, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera as Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais Sob, Sobre e às Margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-11/DPC (1ª Revisão).
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 923, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018</u> Divulga os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2018. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 27, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre os critérios para caracterização de inadimplência, risco de crédito e ajustes para perdas estimadas no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
Ministério da Fazenda (MF)	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.828, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF).
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.569-SEI, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a habilitação para a importação de autopeças de que tratam os arts. 5º a 7º do Acordo sobre a Política Automotiva Comum firmado entre os Governos da República Argentina e da República Federativa do Brasil, e as Resoluções nºs 116, de 18 de dezembro de

	2014, e 61, de 23 de junho de 2015, da Câmara de Comércio Exterior, altera a Portaria nº 160, de 22 de julho de 2008, e revoga a Portaria nº 333, de 3 de novembro de 2015, ambas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.895, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018</u> Define, para o exercício de 2018, a estratégia para ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>AGENDA REGULATÓRIA QUADRIÊNIO 2017-2020 (*)</u> Define os temas prioritários para atuação regulatória da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para o quadriênio 2017-2020, o Banco de Temas da Agenda Regulatória e os critérios para atualização extraordinária. (*) Republicada para ajustes, no original, publicado no DOU de 6 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 25, conforme deliberação da Diretoria Colegiada em reunião realizada em 28 de agosto de 2018. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 5.598, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e saúde ambiental custeadas pela Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018</u> Divulga o resultado do processo seletivo simplificado para contratação de operações de crédito para execução de ações de saneamento básico – Mutuários Públicos, regulamentado pela Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação Popular e demais operações, para o exercício de 2018, e dá outras providências
Ministério dos Direitos Humanos	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 304, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o cadastramento de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente para encaminhamento à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 278, DE 11 DE SETEMBRO 2018</u> (...) Art.1º Contemplar 143 (cento e quarenta e três) atletas de

	modalidades paralímpicas que tiveram seus Planos Esportivos aprovados no âmbito do Programa Bolsa-Atleta na categoria Atleta Pódio, relacionados no Anexo Único desta Portaria. (...)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 368, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui o Mosaico da Serra do Cipó. <u>PORTARIA Nº 362, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018 (*)</u> Estabelece as regras e o calendário para a seleção dos representantes da sociedade civil ambientalista com atuação em áreas úmidas para comporem o Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>RESOLUÇÃO Nº 63, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o Plano de Gestão Anual - PGA referente ao ano de 2018 para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, no que diz respeito às disposições atinentes à ANA.
Ministério do Trabalho	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 900, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> Autoriza o resgate de cotas de recursos do FIFGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações em 2017. <u>RESOLUÇÃO Nº 898, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Resolução nº 887, de 15 de maio de 2018, do Conselho Curador do FGTS, para autorizar a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para a conclusão de empreendimentos financiados com recursos de transferências obrigatórias a que se refere a <u>Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007</u> (*), contratados até 30 de junho de 2017. (*) Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008. <u>RESOLUÇÃO Nº 897, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), dentro da área de aplicação de Infraestrutura Urbana do FGTS. <u>RESOLUÇÃO Nº 896, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018</u> DISPOR SOBRE A COMPENSAÇÃO ENTRE CRÉDITOS do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes e débitos resultantes de competências em atraso.
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC) <u>RESOLUÇÃO Nº 491, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018</u> Estabelece requisitos e procedimentos para empresas brasileiras de transporte aéreo referentes à designação e utilização de frequências com o propósito de realizar serviços aéreos regulares internacionais.

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/09/2018	<u>DECRETO Nº 63.709, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui a Medalha do "Mérito da Despesa de Pessoal" do Centro Integrado de Apoio Financeiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.708, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Taubaté - AME Taubaté, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.707, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Mairiporã - AME Mairiporã, e dá providências correlatas
12/09/2018	<u>DECRETO Nº 63.706, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP-106, DE 14-9-2018</u> Reedita com alterações, a Resolução SAP 105, de 08-07-2016(*), alterada pela Resolução SAP 56, de 20-04-2017 e dá providências correlatas (*) <i>Procedimentos administrativos visando a concessão do porte de arma de fogo que constará da Carteira de Identidade Funcional (...)</i>
Agricultura e Abastecimento (SAA)	AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) → Instituto Agrônomo (IAC) <u>PORTARIA IAC-25, DE 10-9-2018</u> Dispõe sobre a Política de Inovação do Instituto Agrônomo

Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-6, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.086-2009, no exercício de 2018 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-5, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - Ceeteps, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR aos seus servidores, a que se refere a LC 1.086-2009, no exercício de 2018 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-6, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre o pagamento de adicional do valor da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.079-2008 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-5, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores da São Paulo Previdência – SPPREV, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2018, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-4, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores da São Paulo Previdência - SPPREV, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2018 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-3, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre a fixação dos pesos, metas e linhas de base para os indicadores do Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, nos termos da LC 1.079-2008, no exercício de 2018 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-2, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores do Departamento Estadual de Trânsito – Detran-SP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2018 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-1, DE 13-9-2018</u> Dispõe sobre o pagamento de adicional do valor da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.079-2008
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 86, DE 3-9-2018</u> Cria a Comissão Consultiva do Encontro Paulista de Museus (EPM) e designa membros para a comporem

Energia e Mineração (SEM)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 809, DE 11-09-2018</u> Altera os artigos 11, 33 e acrescenta o § 3º ao artigo 104, da Deliberação Arsesp 106, de 13-11-2009, que dispõe sobre a responsabilidade pelo pagamento de contas/faturas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário
Fazenda (SF)	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV 368, DE 14-09-2018</u> Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.079, de 17-12-2008
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO USP-7.567, DE 14-9-2018</u> Altera dispositivo do Regimento de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo <u>RESOLUÇÃO USP-7.566, DE 14-9-2018</u> Altera dispositivos no Regimento Geral da Universidade de São Paulo
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
13/09/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 601, DE 2018</u> Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em asilos e creches públicas e particulares, no âmbito do Estado. DOE, Legislativo, 13/09/2018, p. 1 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 029/2018 A Secretaria-Diretoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA que as dependências da fiscalização, em atenção ao princípio constitucional da transparência e da legislação em vigor, estão orientadas a visitarem, periodicamente, as páginas eletrônicas de todos os Poderes, Órgãos e Entidades do Terceiro Setor, sujeitas às respectivas jurisdições, fazendo constar dos correspondentes relatórios eventuais descumprimentos às referidas normas. SDG, 12 de setembro de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 13/09/2018, p. 6
12/09/2018	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE OFÍCIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO Registro: 2018.0000675749

ACÓRDÃO

(...)

Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2073870-54.2017.8.26.0000
REQUERENTE -PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIDO -GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO e
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Interessada -Fazenda do Estado de São Paulo

VOTO nº 29.166

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Emenda à Constituição do Estado Alegação de competência do Supremo Tribunal Federal para o exame da causa Rejeição pelo Órgão Especial por ocasião do julgamento do agravo regimental interposto pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado em face da decisão concessiva de liminar Decisão transitada em julgado.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Emenda nº 43, de 10 de novembro de 2016, à Constituição do Estado de São Paulo

acresce § 6º ao art. 24 da Constituição do Estado: "a atribuição de denominação de próprio público dar-se-á concorrentemente pela Assembleia Legislativa e Governador do Estado, na forma de legislação competente a cada um, atendidas as regras da legislação específica" Normas atributivas de denominação a próprios públicos não dizem respeito e não cuidam de atos próprios de gestão, não lhes dizendo respeito, não invadindo, por conseguinte, a reserva de administração, atividade típica e própria do Poder Executivo Orientação firmada, nesse sentido, pelo Órgão Especial Matéria tratada na norma impugnada, no caso concreto, que não se insere entre aquelas de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, por não se encartar no rol taxativo dos artigos 24 e 47 da Constituição Estadual e no artigo 61 da Constituição Federal Disposições constitucionais que não explicitam o ato de que se trata (atribuição de nome a próprio público) - Emenda, ademais, que introduziu regra nova, dispondo o compartilhamento da atribuição pelo Governador do Estado e Assembleia Disposição, por fim, que não importa redução das "prerrogativas constitucionais do Chefe do Poder Executivo para o exercício da direção superior da Administração Pública e a prática de atos de administração, nos limites da competência do Poder Executivo, dispostos no art. 47, II e XIV, da Constituição Estadual, e que descendem do arranjo basilar e intangível do princípio da separação de poderes (ou divisão funcional do poder) constante do art. 5º da Constituição Paulista" Assertiva, por fim, de que "a norma implicou submissão da matéria denominação de próprios públicos à reserva absoluta de lei, subtraindo-a do domínio dos atos ordinários de administração de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, imunes à interferência do Poder Legislativo" Emenda que não submete o exercício dessa atribuição pelo Governador do Estado ao crivo da Assembleia Legislativa - Inconstitucionalidade inócua - Ação improcedente.

Ação julgada improcedente.

[DOE, Legislativo, 12/09/2018, p. 1](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 600, DE 2018

Autoriza a instituição do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior no Estado de São Paulo FIES -SP

[DOE, Legislativo, 12/09/2018, p. 1](#)

Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
15/09/2018	<u>DECRETO Nº 58.420, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018</u> Aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 58.419, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018</u> Introduz alterações no <u>Decreto nº 57.298, de 8 de setembro de 2016</u>, que dispõe sobre os empreendimentos considerados de baixo risco de que tratam os artigos 127 e 133 da <u>Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016</u>, e em seu Anexo I - Lista de Atividades de Baixo Risco.
11/09/2018	<u>DECRETO Nº 58.402, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Acresce o artigo 5º-A ao <u>Decreto nº 58.056, de 26 de dezembro de 2017</u>, que dispõe sobre o procedimento para a expedição por via eletrônica do Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar, bem como revoga o inciso V do seu artigo 4º <u>DECRETO Nº 58.401, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Regulamenta o § 2º do artigo 130 e o parágrafo único do artigo 153 da <u>Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002</u>, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, acrescidos pela <u>Lei nº 16.871, de 15 de fevereiro de 2018</u>; estabelece mecanismos de denúncia sobre o descarte irregular de resíduos e respectivas sanções, previstos nos artigos 6º e 7º da <u>Lei nº 16.871, de 15 de fevereiro de 2018</u>. <u>DECRETO Nº 58.400, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018</u> Estabelece regras sobre a contratação de serviços contínuos, com alocação de mão de obra não eventual, pela Administração Pública Municipal Direta, Autarquias e Fundações.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107